PAUTA
PARA A 174ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 01 DE DEZEMBRO DE 2008

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 755, de 2008, de autoria do deputado Waldir Agnello. Institui o "Dia do Capelão".

2 - Projeto de lei nº 756, de 2008, de autoria do deputado Reinaldo Alguz. Declara de utilidade pública a "Associação Terceiro Milênio - ATEMI", em Dracena.

3 - Projeto de lei nº 757, de 2008, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Defesa do Magistério contra a Violência em toda a rede de ensino.

4 - Projeto de lei nº 758, de 2008, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a criar nas unidades escolares da Secretaria Estadual de Educação um Grupo de Estudos e Ação Contra a Violência.

5 - Projeto de lei nº 759, de 2008, de autoria da deputada Analice Fernandes. Dá a denominação de "Prof. Asdrúbal Nascimento Queiroz" à Escola Estadual Jardim Analândia, em Itapecerica da Serra.

6 - Projeto de lei nº 760, de 2008, de autoria da deputada Analice Fernandes. Declara de utilidade pública a "Associação de Voluntários de Combate ao Câncer - Região de Jales - AVCC", em Jales.

7 - Projeto de lei nº 761, de 2008, de autoria do deputado Estevam Galvão. Estabelece normas gerais de licitação pública sustentável voltada para o Estado e para os municípios paulistas.

8 - Projeto de lei nº 762, de 2008, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Dá a denominação de "Soldado PM Ailton Tadeu Lamas" ao 43º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano (43º BPM/M), na Capital.

9 - Projeto de lei nº 763, de 2008, de autoria do deputado Mauro Bragato. Autoriza o Poder Executivo a criar e instalar o Hospital Regional de Ourinhos.

10 - Moção nº 87, de 2008, de autoria da deputada Ana Perugini. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, e aos líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Veto Parcial nº 5, de 2007, no que respeita ao artigo 3º, § 2º, do PLS nº 219, de 2006, seja apreciado e rejeitado com a máxima brevidade possível.

11 - Moção nº 88, de 2008, de autoria da deputada Ana Perugini. Apela para os Srs. Presidente da República, do Senado e da Câmara dos Deputados, bem como aos líderes partidários, a fim de proporem alteração na Lei Federal nº 6015, de 1973, especificamente nos artigos 59 e 60, no intuito de constar no Registro Civil de Nascimento obrigatoriamente o nome do genitor.

12 - Moção nº 89, de 2008, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Apela para o Sr. Presidente da República para que determine estudos que viabilizem a doação de recursos financeiros, por contribuintes do Imposto de Renda, diretamente para os fundos controlados pelos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Saúde, com a possibilidade de dedução do valor doado no Imposto de Renda devido por ocasião do ajuste.

2ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 11, de 2008, de autoria da Mesa. Autoriza a instituição de Programa de Assistência à Saúde Suplementar da Assembléia Legislativa.

2 - Projeto de resolução nº 12, de 2008, de autoria da Mesa. Regula, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.048, de 2008, no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP, a concessão de licença-prêmio.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 751, de 2008, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Declara de utilidade pública o "Grupo de Apoio às Crianças com Câncer e Hemopatias - GACCH", em Marília.

2 - Projeto de lei nº 752, de 2008, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Declara de utilidade pública a "Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Garça", naquele município.

3 - Projeto de lei nº 753, de 2008, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Declara de utilidade pública a "UAPEM - União dos Aposentados e Pensionistas de Marília", naquele município.

4 - Projeto de lei nº 754, de 2008, de autoria do deputado André Soares. Institui o programa "Visita Virtual", consubstanciado na regulamentação de visitas a detentos do Estado através de videoconferência.

4ª Sessão

Projeto de lei nº 749, de 2008, de autoria do deputado Lelis Trajano. Obriga as concessionárias de veículos a plantarem uma árvore para cada carro zero quilometro vendido, a fim de compensarem a emissão de gás carbônico através dos veículos.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 742, de 2008, de autoria do deputado Baleia Rossi. Declara de utilidade pública a "Associação Voluntária de Combate ao Câncer de Dobrada - AVCC", em Dobrada.

2 - Projeto de lei nº 743, de 2008, de autoria do deputado Jorge Caruso. Declara de utilidade pública a "Ação Social de Peruíbe", naquele Município.

3 - Projeto de lei nº 744, de 2008, de autoria do deputado Jorge Caruso. Declara de utilidade pública a "Associação Cidadania e Saúde - ASCISA", em Cruzeiro.

4 - Projeto de lei nº 745, de 2008, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA.

5 - Projeto de lei nº 746, de 2008, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, mediante doação, ao Município de Santa Cruz das Palmeiras imóvel onde se encontra instalado o Centro de Saúde.

6 - Projeto de lei nº 747, de 2008, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem - DER a transferir ao Município de Iepê, mediante doação, domínio de faixa de terra e a ceder-lhe, gratuitamente, direitos possessórios que detém sobre terreno, para implantação de infra-

estrutura e acesso ao Parque Ecológico Auriverde.

7 - Projeto de lei nº 748, de 2008, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, mediante doação, ao Município de Anhumas, imóvel ali situado, destinado à implantação de projeto habitacional.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o parágrafo único do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 67, de 2008, de autoria do deputado Edson Giriboni. Declara de utilidade pública o "Abrigo Bom Jesus de Guareí", naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 315, de 2008, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", em Ferraz de Vasconcelos.

3 - Projeto de lei nº 545, de 2008, de autoria do deputado Samuel Moreira. Declara de utilidade pública a entidade assistencial "Projeto João de Barro", em Santa Cruz das Palmeiras.

4 - Projeto de lei nº 621, de 2008, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Declara de utilidade pública a "Associação Paulista dos Portadores da Doença de Gaucher e Outras Doenças Raras - APPDG", na Capital.

5 - Projeto de lei nº 625, de 2008, de autoria do deputado Roberto Morais. Declara de utilidade pública a "Associação Mão Amiga - AMA", em Laranjal Paulista.

6 - Projeto de lei nº 638, de 2008, de autoria do deputado Marcos Zerbini. Declara de utilidade pública o "Instituto Santanense de Ensino Superior - ISES", na Capital.

7 - Projeto de lei nº 653, de 2008, de autoria dos deputados Vicente Cândido e José Cândido. Declara de utilidade pública o "Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC".

8 - Projeto de lei nº 672, de 2008, de autoria do deputado Uebe Rezeck. Declara de utilidade pública a "Fundação Nelly Jorge Colnaghi", em Penápolis.

9 - Moção nº 16, de 2008, de autoria do deputado Fernando Capez. Apela para os Srs. Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e para os Srs. líderes partidários a fim de que proponham alteração da redação do inciso III do artigo 585 do Código de Processo Civil, incluindo o contrato de seguro de veículos no rol dos títulos executivos extrajudiciais.

10 - Moção nº 67, de 2008, de autoria do deputado José Cândido. Apela para o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal para que ratifique a demarcação em áreas contínuas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, e sua conseqüente homologação.

11 - Moção nº 70, de 2008, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Apela para os Srs. Presidentes da Câmara dos Deputado e do Senado Federal, bem como aos Líderes Partidários, para que seja criada norma que puna o empresário e o instituto de pesquisas que divulgue informação que estimule no eleitorado o voto no candidato falsamente divulgado como favorito.